

Recensões

Um Olhar sobre o Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso

Recensão do livro *L'ecumenismo e il dialogo interreligioso*, organizado pela Comissão Consultiva para as Relações Ecumênicas da Mesa Valdense (Torino: Claudiana, 1998, 71 p.)

Este pequeno livro de 71 páginas constitui o resultado da reflexão do Sínodo das igrejas valdenses e metodistas, acontecido na cidade de Torre Pellice (Torino - Itália) de 23 a 28 de agosto de 1998. O documento obteve aprovação bem expressiva, com apenas 7 abstenções e nenhum voto contrário. O texto-base, elaborado pela Comissão Consultiva para as Relações Ecumênicas da Mesa Valdense, veio enriquecido pela contribuição de propostas advindas de consulta às igrejas locais, organismos e pastores de outras igrejas. A gestação do documento sinodal final levou cerca de cinco anos, sendo a expressão da "máxima autoridade humana" em matéria doutrinal para as igrejas valdenses e metodistas. Um documento que expressa o consenso destas igrejas em matéria ecumênica para os anos vindouros.

O documento aprovado consta de um preâmbulo, sete capítulos e uma conclusão, sintetizados em 70 parágrafos de dimensões variadas. A apresentação do livro foi feita pelo teólogo valdense Paolo Ricca, conhecido estudioso italiano sobre a temática ecumênica, que igualmente participou da redação do texto base.

A vocação ecumênica vem acompanhando há tempos as igrejas valdenses e metodistas italianas, unidas mediante pacto de integração ocorrido em 1979. Participam desde o início do Conselho Ecumênico das Igrejas, com explícita vontade ecumênica e desejo de viver esta comunhão em toda a sua plenitude. No *preâmbulo* (nn. 1-7) do documento esta dinâmica ecumênica vem afirmada com todo vigor, com destaque para as razões de fé que suscitam e orientam estas igrejas no campo ecumênico (n. 1). Há uma unanimidade com respeito à unicidade da igreja de Jesus Cristo (n. 2), da qual a igreja evangélica valdense constitui expressão. Esta igreja une, porém, variedade e diversidade. Este dado plural sintoniza-se com a própria dinâmica do Deus trinitário que criou a humanidade plural. A diversidade não constitui um mal a ser eliminado, mas um dado real, que envolve de forma positiva confrontos recíprocos e tensões salutares. Conforme o documento, “a unidade cristã existe somente através da diversidade. A uniformidade contradiz a ação do Espírito Santo, que se manifesta na variedade dos dons” (n. 4).

A realidade da divisão das igrejas não constitui impedimento à participação no movimento ecumênico, mas ao contrário, significa um mais forte estímulo para a busca de uma plena comunhão, que deverá ocorrer “quando Deus quiser” (n. 6). O diálogo frutuoso já começa a acontecer quando as consciências se desarmam e um conhecimento novo se manifesta, quando se superam preconceitos, ressentimentos e aversões na busca de uma “fraternidade possível”, ainda que de forma fragmentária (n. 6). Um diálogo ecumênico só se realiza na humildade do reconhecimento de que “nenhuma igreja (a começar pela própria) exaure a ‘plenitude de Deus’ (Ef 3.19) e do Evangelho” (n. 6). Estes permanecem sempre maiores que qualquer igreja ou mesmo que todas em conjunto. A caminhada ecumênica pressupõe o reconhecimento de nossos limites, defeitos e pecados. O ecumenismo não se restringe à partilha de dons e riquezas, mas envolve igualmente as “interrogações críticas e admoestações fraternas”. Nesta dinâmica de aber-

tura e discernimento crítico é que se vive e se cresce ecumenicamente em direção à construção paciente e perseverante da plena comunhão das igrejas (n. 6).

Após o preâmbulo, o documento sinodal trata de explicitar os diversos níveis de relação que envolvem a igreja evangélica valdense (união das igrejas valdenses e metodistas) com as outras igrejas evangélicas, com a igreja ortodoxa, com a igreja católica romana, com o judaísmo, o islã e as outras religiões.

No *primeiro capítulo* (nn. 8-14), aborda-se as relações de proximidade e diferença entre as igrejas valdenses e metodistas com respeito às outras igrejas evangélicas na Itália. Após sublinhar a origem da relação entre estas igrejas e mencionar o novo panorama evangélico italiano, com a emergência de numerosas comunidades evangélicas que acompanharam o fenômeno da imigração do Terceiro Mundo, o documento busca destacar os elementos comuns e as diversidades entre as igrejas em questão. Em três âmbitos específicos verificam-se nuances diversificadas. Em primeiro lugar, quanto à referência ao texto bíblico. A consideração da Escritura como única fonte de revelação e suprema autoridade da fé é fator de unidade das igrejas. O contraponto ocorre, entretanto, em torno da forma como se reconhece o valor de Palavra de Deus das Escrituras. Verifica-se, em particular, dificuldades precisas com respeito à aceitação em diversas igrejas evangélicas dos métodos críticos de estudo da Bíblia, o que não ocorre com as igrejas valdenses e metodistas e outras igrejas evangélicas mais abertas (n. 13a). Tensões verificam-se igualmente no campo da ética. Nem todas as igrejas evangélicas concordam quanto às implicações práticas da leitura ética da Bíblia. Finalmente, há diferenças com respeito à sintonia ou não com a abertura ecumênica, em particular com a igreja católica romana. Algumas igrejas expressam de forma nítida sua desconfiança e mesmo suspeita a propósito do movimento ecumênico. Outras igrejas simplesmente ignoram a questão, desconhecendo e desprezando sua pertinência. Para alguns setores, o diálogo com a igreja católica vem interpretado como uma renúncia da evangelização ou enfraquecimento da identidade evangélica. Reagindo a tal postura, o documento sinodal indica que “o verdadeiro diálogo acontece entre parceiros que não escondem suas diferenças e divergências”, que são também profundas. O diálogo exige respeito, mas também franqueza.

É no comum confronto com a Palavra de Deus que os parceiros saem renovados. Não há, portanto, contraste entre diálogo e identidade e abrir-se ao confronto não significa de per si “renúncia aos fundamentos de nossa identidade” (n. 13c).

No *segundo capítulo* (nn. 15-21), o documento sinodal desenvolve a questão do diálogo com as igrejas ortodoxas. Há um reconhecimento de que este diálogo até então foi esporádico e ocasional, merecendo nos próximos anos uma atenção mais decisiva (n. 15). Não há como negar a importância do mundo ortodoxo, que representa a terceira das grandes articulações históricas do cristianismo, somando hoje cerca de 150 milhões de fiéis. Trata-se da “forma mais antiga de cristianismo”, com patrimônio teológico, litúrgico e espiritual dos mais significativos. Algumas afinidades aproximam a tradição ortodoxa da evangélica, entre as quais podemos sublinhar a valorização do laicato e a importância da conciliaridade. Há também diferenças que necessitam ser dialogadas, como por exemplo a diversa concepção de apostolicidade (n. 21). O movimento ecumênico tem favorecido não apenas o contato com esta rica realidade, mas o aprendizado de seus tesouros espirituais.

O *terceiro capítulo* (nn. 22-45) é o mais longo, tendo como objeto as relações entre as igrejas valdense e metodista com a igreja católica. Conforme o documento sinodal, a “fratura entre catolicismo e protestantismo é, sem dúvida, a mais profunda dentre todas as verificadas nos vinte séculos de história cristã” (n. 22). Esta situação indica que a busca de reconciliação entre catolicismo e protestantismo constitui a “tarefa ecumênica mais árdua” no tempo atual. O diálogo sincero pressupõe não apenas um conhecimento aprofundado dos termos que pontuam as questões controversas, mas também uma “maturidade evangélica e inteligência espiritual”. As dificuldades comuns a qualquer encontro vêm, no diálogo com o catolicismo, acrescidas de “divergências de caráter teológico e a diferenças profundas de mentalidade e cultura”. Não se pode dispensar o peso de uma “herança negativa” de mais de quatro séculos de tensões e polêmicas consideráveis (n. 22).

Para o documento sinodal, entre o catolicismo e o protestantismo existe plena convergência com respeito a realidades cristãs fundamentais: a concepção trinitária de Deus e a fé em Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem; o reconhecimento

do testemunho de Deus presente na Sagrada Escritura do Antigo e Novo Testamento. A propósito de outras realidades, há um entendimento diverso, como no caso da Ceia do Senhor e da função do ministério (nn. 31 e 38). Diferenças profundas de índole teológica permanecem em campos decisivos como o primado da Escritura (n. 34), na compreensão da natureza da igreja (n.36), na avaliação do exercício do ministério papal (n. 39), no culto de Maria e outra série de questões no campo ético (n. 41).

Entre alguns dos motivos elencados pelo documento sinodal como expressão de permanente tensão encontra-se a resistência ou mesmo refuto da igreja católica romana em reconhecer as igrejas protestantes como igrejas de Jesus Cristo, seus ministros como ministros de Jesus Cristo e sua Ceia como Ceia do Senhor (n. 42b). Gera igualmente desconforto entre os evangélicos a pretensão de superioridade da igreja de Roma e sua convicção de possuir “a plenitude da graça e da verdade” (n. 45 e 42a).

Enquanto teólogo católico, reconheço que a forma como a questão ecumênica vem abordada em documentos recentes do magistério católico permanecem problemáticas e desrespeitosas. Mencionaria como exemplo a Carta aos bispos sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão, publicada pela Congregação para a Doutrina da Fé em maio de 1992. Ao trabalhar o tema da comunhão eclesial e ecumenismo, a carta indica que nas comunidades cristãs não católicas existem “elementos da Igreja de Cristo”, mas nelas não se professa “a fé integral”. A situação destas comunidades implicaria, na visão expressa na carta, “uma ferida na sua condição de Igreja particular” e obstáculo para a realização de sua universalidade na história. O “empenho ecumênico” vem ali erroneamente entendido como um retorno “à plena comunhão na unidade da Igreja”, que subsiste na Igreja católica (cf. nn. 17 e 18).

Retornando ao documento sinodal, há que sublinhar a preocupação presente no texto de começar descrevendo não o que divide protestantes e católicos, mas o que os une. Para Paolo Ricca, esta é a grande novidade do capítulo. Trata-se de uma inversão nos procedimentos tradicionais sobre a questão. Novidadeira é a reflexão conclusiva do ítem que aborda a questão sobre o que une protestantes e católicos romanos. Com base na primeira carta de João (1Jo 3.2), o documento sublinha que o motivo maior de união

entre as duas tradições cristãs é a sua “incompletude” (não acabamento): “Nos une a parcialidade daquilo que vemos, conhecemos, profetizamos. Nos une os diversos pecados, a desobediência, a resistência obstinada à Palavra de Deus. Nos une ainda mais a promessa divina das coisas ‘que estão adiante’ e para as quais nos inclinamos (Fl 3.13). Nos une, para além da mesma unidade cristã, a cidade futura que buscamos (Hb 13.14).” (N. 33.)

No *capítulo quarto* (nn. 46-50), o documento sinodal destaca os princípios que regem sua proposta ecumênica. Em primeiro lugar, aponta como princípio fundamental e irrenunciável, a “obediência à Palavra de Deus testemunhada na Escritura” (n. 47). Em segundo lugar, sublinha a sua visão de unidade da igreja, expressa em duas noções centrais: a unidade como “comunhão conciliar” e como “diversidade reconciliada”. Em sintonia com o espírito de abertura do cristianismo apostólico, o documento afirma a importância fundamental da diversidade como dado de princípio, presente desde os primeiros passos do cristianismo. A unidade da igreja é, portanto, constitutivamente pluriforme (n. 48). A diversidade não constitui “um simples e (talvez) incômodo apêndice da unidade ou seu corolário, mas algo que a constitui e caracteriza” (n. 48). Trata-se de uma unidade através da diversidade. Nesta linha de reflexão, a proposta do Sínodo insere-se deliberadamente na perspectiva ampla e aberta do movimento ecumênico contemporâneo.

Segundo o documento sinodal, esta busca de unidade entre as igrejas cristãs deve estar acompanhada sempre pela busca de unidade da comunidade humana como tal. Daí a necessidade do empenho comum das igrejas na luta em favor da superação das divisões presentes na sociedade. O empenho ecumênico não pode circunscrever-se aos âmbitos teológico e litúrgico, mas deve envolver iniciativas político-sociais em favor dos direitos humanos, da afirmação da justiça, da paz e salvaguarda da criação (n. 50). A grande “unidade de medida” em vista da comunhão futura deve ser antes de tudo o Senhor e a Ele é que cada igreja particular deverá “prestar contas do modo, mais ou menos digno, como está respondendo à vocação recebida” (n. 51).

O *quinto capítulo* é dedicado às relações com o judaísmo (nn. 51-56). Como sublinha Paolo Rica em sua apresentação, trata-se de um discurso “completamente novo” para as igrejas valdenses e metodistas, e sua devida compreensão e acolhimento levará ainda

algum tempo. O documento sinodal reconhece o “peso do passado” e a responsabilidade direta dos cristãos no processo de perseguição e extermínio dos judeus pelos nazistas (n. 51). Reconhece também que a reflexão em torno da Shoah (catástrofe) tem suscitado uma nova dinâmica de superação de traços anti-judaicos não apenas na práxis, mas também no ensinamento teológico-pastoral cristão. Como fruto desta dinâmica, acentua-se a redescoberta de uma “dimensão perdida” e mesmo “negada”, ou seja, o “laço profundo que une cristianismo e judaísmo”, bem como uma nova compreensão cristã de Israel (nn. 52-53).

As relações com o islã aparecem descritas no *sexto capítulo* (nn. 57-59). Trata-se de uma brevíssima reflexão sobre um tema ainda ocasional e sobre o qual as igrejas evangélica começam a lançar os primeiros passos. O documento sublinha como elementos teológicos comuns a serem explorados e valorizados a “ascendência abramítica” e a fé no Deus único e pessoal (n. 58). A urgência deste diálogo se reforça em razão da presença crescente dos muçulmanos nos países europeus e da necessidade de aprofundar a questão da liberdade religiosa.

O *capítulo sétimo* (nn. 60-69) recobre o tema das relações com as outras religiões. Uma passagem do ensinamento de Buda serve de motivação inicial para uma nova postura dialogal assumida pelo Sínodo. Nela se adverte sobre a importância de se honrar a religião dos outros, como condição de crescimento para a própria tradição religiosa (n. 60). O documento sinodal salienta duas razões que motivam esta abertura inter-religiosa. Em primeiro lugar, o crescimento do pluralismo na Europa, envolvendo igualmente o plano religioso. Em segundo lugar, o crescimento da consciência comum entre as religiões, a partir de suas próprias especificidades, de uma nova corresponsabilidade em favor da afirmação da paz e da busca da justiça (n. 61).

O Sínodo defende não só a possibilidade mas também a necessidade de um discurso positivo sobre o significado e valor dos diversos caminhos religiosos da humanidade. Superou-se o tempo da qualificação sumária das outras religiões como expressões de paganismo (n. 63). São diversos os âmbitos de realização deste diálogo, como é o caso do diálogo entre as religiões que partilham a fé de Abraão (judaísmo, cristianismo e islã); do diálogo com as grandes correntes de espiritualidade e fé do Oriente e com os no-

vos movimentos religiosos. O documento sinodal manifesta abertura para o reconhecimento dos elementos de verdade e santidade presentes e operantes nas outras tradições religiosas, sem porém deixar na sombra sua convicção cristocêntrica. O desafio do encontro e diálogo inter-religioso não pode prescindir do “escândalo” e “loucura” presentes na revelação de Deus em Jesus Cristo crucificado e ressuscitado (n. 65a). Há uma preocupação precisa em evitar qualquer possibilidade de relativização do significado atribuído pelas Escrituras a Jesus de Nazaré, confessado na fé como Cristo de Deus (n. 67). O documento reconhece, entretanto, a realidade de “aspectos da plenitude de Cristo” ainda desconhecidos ao próprio cristianismo, ou apenas conhecidos em parte, como afirma São Paulo na carta aos Coríntios (1 Co 13.9). Neste sentido, o diálogo inter-religioso constitui um importante instrumento “mediante o qual o Espírito acompanha a igreja na descoberta de dimensões inéditas da glória de Deus em Jesus” (n. 65b).

A igreja vem assim desafiada a acolher, onde quer que se manifeste, os dons “inéditos e surpreendentes” suscitados pelo Espírito. Refletindo desta forma, o documento sinodal entra em sintonia com o que há de mais significativo presente hoje na reflexão da teologia cristã das religiões e do pluralismo religioso. Para se realizar com maturidade, o diálogo inter-religioso pressupõe humildade, o reconhecimento de que não alcançamos ainda a perfeição (Fl 3.12). Somos todos companheiros de uma viagem fraterna em direção ao horizonte querido por Deus. A “plenitude” já aconteceu em Jesus (Col 1.19), mas não ainda em nós. Partilhamos as “primícias do Espírito” (Rm 8.23), sem porém perder nossa condição de “incompletude”, que somente se dissolverá quando Deus for tudo em todos (n. 66).

O diálogo inter-religioso, como indica o documento, é uma experiência de escuta do outro, bem como de partilha de vida. Ele implica reciprocidade num esforço comum para instaurar “relações profundas de comunicação”, ainda que em linguagens diversas. O diálogo não constitui um “exercício inconcludente” nem significa a renúncia à evangelização (n. 68). Trata-se de uma busca comum, suscitada por Deus mesmo, na qual não estamos sozinhos, mas – como no episódio de Emaús –

sempre acompanhados pelo Ressuscitado.

Na breve e bela *conclusão*, o documento sinodal reafirma sua esperança ecumênica e a convicção de que o Espírito é livre em seu sopro universal e que nenhuma amarra aprisiona o Evangelho. O livro de Ezequiel vem retomado para expressar a esperança do Sínodo na força do Espírito, capaz de suscitar com sua vitalidade a reaproximação mútua, assim como realizou com seu sopro a aproximação dos ossos secos e dispersos (Ez 37.1-14). A visão de Ezequiel que situa a unificação do povo de Israel na seqüência da ressurreição deste mesmo povo (Ez 37. 15-17) vem assumida no documento como símbolo que anima o movimento ecumênico e acende a chama da esperança (n. 70).

Em síntese, estamos diante de um documento que abre novos horizontes para a reflexão ecumênica e inter-religiosa no campo evangélico, com repercussões igualmente alvissareiras para as religiões em geral. Frente às dificuldades de abertura presentes em certos setores evangélicos, o documento avança com palavras relativamente novas, desobstruindo corações e mentes para a disponibilidade dialogal. Uma abertura que ocorre sem rupturas com as convicções fundamentais da fé evangélica. O documento avança sem perder a serenidade, sempre animado pela consciência de sua provisoriedade.

Faustino Teixeira
Professor e Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Religião/PPCIR-LIFIF